

ARTIGO LIVRE

As Escuelas de Instrucción Revolucionaria e os comunistas no debate sobre educação socialista em Cuba

The Escuelas de Instrucción Revolucionaria and Communists in the Debate on Socialist Education in Cuba

Ana Paula Cecon Calegari

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Vitória, ES, Brasil

RESUMO: Neste artigo, analisaremos o papel dos membros do Partido Socialista Popular (PSP) no contexto da institucionalização do socialismo em Cuba, com ênfase no debate sobre a educação após a Revolução Cubana e no funcionamento das *Escuelas de Instrucción Revolucionaria* (EIR), instituição de ensino existente entre 1960 e 1968, dirigida por filiados ao Partido. Inicialmente, apresentaremos um panorama dos primeiros anos da Revolução e da ação política dos socialistas populares em meados da década de 1960. Em seguida, discutiremos as transformações ocorridas no campo educacional da Ilha para, então, tratar especificamente das EIR. Essas escolas tinham como objetivos ensinar o marxismo, promover novos valores e formar o homem novo, em consonância com os propósitos do governo revolucionário. Serão destacados o funcionamento das *Escuelas*, os materiais e métodos utilizados, as razões de sua criação e posterior dissolução, bem como quem eram seus dirigentes e professores. Pretende-se refletir sobre o papel desse estabelecimento na construção do socialismo em Cuba durante a década de 1960 e sobre a atuação dos membros do PSP nas discussões e instituições educacionais de Cuba.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Cubana; Partido Socialista Popular; *Escuelas de Instrucción Revolucionaria*.

ABSTRACT: In this article, we will analyze the role of the members of the Partido Socialista Popular (PSP) in the context of the institutionalization of socialism in Cuba, with an emphasis on the debate surrounding education after the Cuban Revolution and the functioning of the *Escuelas de Instrucción Revolucionaria* (EIR), an educational institution that existed between 1960 and 1968 and was led by party members. Initially, we

*E-mail: ana.calegari@ifes.edu.br
<https://orcid.org/0009-0004-2602-995X>

will provide an overview of the early years of the Revolution and the political activity of the Popular Socialists in the mid-1960s. Next, we will discuss the transformations that occurred in the island's educational field before focusing specifically on the EIR. These schools aimed to teach Marxism, promote new values, and form the new man, in line with the objectives of the revolutionary government. The functioning of the Escuelas, the materials and methods employed, the reasons for their creation and subsequent dissolution, as well as their leaders and teachers, will be highlighted. This study seeks to reflect on the role of this institution in the construction of socialism in Cuba during the 1960s and on the involvement of PSP members in the debates and educational institutions of Cuba.

KEYWORDS: Cuban Revolution; Popular Socialist Party; Revolutionary Instruction Schools.

O processo revolucionário cubano e os comunistas no início dos anos 1960

O Partido Socialista Popular (PSP) foi a organização que reuniu os comunistas cubanos vinculados à experiência da Terceira Internacional (ou Comintern).¹ Fundado em 1925 com o nome de Partido Comunista de Cuba, adotou a sigla PSP na década de 1940. Essa organização foi uma das mais longevas da história cubana, sendo dissolvida apenas em 1961, ou seja, os comunistas nela atuaram ao longo de 36 anos.² Durante esse período, os socialistas populares ocuparam funções em diversas instituições políticas, culturais e educacionais, mas também enfrentaram a clandestinidade e a perseguição de governos de perfil anticomunista, como as ditaduras de Gerardo Machado (1925-1933) e Fulgencio Batista (1952-1959).

No contexto da luta contra o regime de Batista, nos anos 1950, os comunistas se posicionaram de forma crítica e organizaram sua militância na oposição desde o golpe de 1952. Nesse momento, o Partido orientava sua ação política por meio de táticas pacíficas, como protestos e greves, e de críticas contundentes publicadas na imprensa partidária, então clandestina e desestruturada em razão da perseguição imposta pela ditadura. Essa postura do PSP seguia as orientações de Moscou, baseadas em uma concepção etapista, segundo a qual os processos revolucionários deveriam ocorrer em duas fases: uma primeira etapa de preparação do proletariado e uma segunda efetivada apenas quando as condições subjetivas, como a consciência dos trabalhadores e a preparação técnica para a tomada do poder, estivessem maduras. Somente então haveria condições para a conquista do poder e a implementação do programa socialista.

Quando, no final de 1956, o Movimento Revolucionário 26 de Julho (M-26-7)³ iniciou a Guerra de Guerrilhas na região oriental da Ilha, os comunistas reestruturaram suas estratégias. A partir de novembro de 1957, o PSP oficializou seu apoio ao M-26-7 e enviou militantes e apoio logístico para a *Sierra Maestra*. O Partido também abriu uma frente armada na cidade de Yaguajay, na província de Sancti Spíritus. Apesar dessa mudança de estratégia e dos esforços empreendidos pelos comunistas, a aproximação do PSP com as demais forças guerrilheiras foi limitada. O anticomunismo presente em vários grupos de oposição à Ditadura de Batista, bem como as diferenças ideológicas — que serão comentadas mais adiante —, impediram um maior estreitamento das relações com os socialistas populares (Calegari, 2024).

Embora tenha aderido à luta armada, o Partido Socialista Popular (PSP) não conquistou cargos políticos de destaque no governo após a vitória do exército rebelde liderado pelo M-26-7, em 1959, pelo menos não nos primeiros momentos do processo revolucionário. Com o triunfo da Revolução Cubana, contudo, o PSP, assim como outras organizações, retomou suas atividades legais, reativando seus jornais, reuniões, congressos, mecanismos de filiação e demais formas de atuação política.

Nos dois primeiros anos após a Revolução, a Ilha foi palco de intensos debates e disputas ideológicas, pois diferentes projetos políticos estavam em jogo. O projeto do M-26-7 tinha um caráter nacionalista, popular e radical, mas não propriamente socialista. Sua proposta era implementar, de forma gradual, um programa de transformações sociais, buscando evitar choques diretos com potências estrangeiras, especialmente os Estados Unidos, principal parceiro econômico de Cuba naquele momento. As primeiras leis promulgadas pelo novo regime reduziram os aluguéis, as tarifas telefônicas e os preços de produtos farmacêuticos, além de abolirem a contribuição sindical obrigatória paga pelos trabalhadores sindicalizados. A composição inicial do governo era moderada, reunindo membros do M-26-7 e políticos liberais e conservadores cubanos. Assim, tanto o perfil do governo quanto as medidas adotadas inicialmente não indicavam uma radicalização do processo revolucionário.

Entretanto, entre meados de 1959 e fins de 1960, os conflitos econômicos entre os Estados Unidos e Cuba se intensificaram. O governo revolucionário cubano nacionalizou diversas empresas estadunidenses, e os Estados Unidos reagiram com o corte de subsídios, o aumento das sanções econômicas e o apoio a grupos opositores à Revolução (Álvarez-Tabío Longa, 2008, p. 75). Diante desse cenário, em meados de 1960, Cuba iniciou uma tímida aproximação com a União Soviética. Nesse ano ainda, a Ilha recebeu uma exposição de arte soviética e a visita de Anastas Mikoyan, primeiro-ministro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Também foram firmados acordos para a venda do açúcar cubano ao bloco socialista.⁴ Esses eventos mostram como Cuba redirecionou, progressivamente, suas relações econômicas e culturais entre os dois blocos da Guerra Fria.

Em abril de 1961, Fidel Castro declarou que a Revolução Cubana assumia um caráter socialista e que, a partir daquele momento, se iniciaria o processo de transformação das estruturas econômicas do país. No curso dessas mudanças, após um amplo programa de nacionalizações, em poucos anos cerca de 80% da capacidade industrial da Ilha já estava sob controle do governo e as empresas estatais eram responsáveis por aproximadamente 90% das exportações nacionais (Gott, 2006, p. 213). Esse novo cenário econômico também foi marcado por dois fatores centrais: o bloqueio comercial imposto pelos Estados Unidos, em 1962,⁵ que perdura até os dias atuais, e o estreitamento das relações entre Cuba e a URSS. A economia cubana passou a depender do fornecimento de petróleo soviético e da compra de produção açucareira insular pelo bloco socialista. Como observou Richard Gott (2006, p. 240), a “tirania da produção de açúcar” acabou por amarrar o destino da Ilha ao seu principal sustentáculo econômico.

É importante reiterar que o Movimento 26 de Julho e Fidel Castro não se declaravam socialistas até 1961. Como já mencionado, o projeto do M-26-7, embora propusesse transformações em determinados setores produtivos e gerasse profundos impactos sociais, não tinha como objetivo romper com o sistema capitalista. Ademais, a luta armada conduzida pelos guerrilheiros não se enquadrava nas táticas defendidas pela URSS e pelo PCUS. Ao longo da década de 1950, a União Soviética considerava que, em países como Cuba, não existiam condições objetivas para a implantação do socialismo. A estrutura agrícola da Ilha, marcada por uma classe trabalhadora majoritariamente composta por camponeses e por uma economia dependente, contrariava a concepção do PCUS de que apenas em nações com elevado grau de desenvolvimento industrial e uma classe operária politicamente organizada seria possível iniciar um processo revolucionário. Além disso, tal processo deveria ocorrer de forma gradual, com a mobilização escalonada das massas, o que também destoava do modelo de guerrilha adotado pelo M-26-7.

Ideologicamente, mesmo após 1961, Cuba buscou manter um caminho independente, apoiando com treinamento pessoal e ajuda bélica diversos movimentos armados na América Latina e na África. A direção do PCUS, que adotava uma linha de coexistência pacífica, via com preocupação a ingerência cubana e os possíveis choques com os Estados Unidos que essas ações poderiam provocar. A virada da política da Revolução e o impasse entre Cuba e a URSS foi amenizado, somente, em 1968, ano em que ocorreu a chamada “ofensiva revolucionária” promovida pelo governo cubano. Nesse período, foram promovidas nacionalizações em larga escala, que praticamente eliminaram os negócios privados na Ilha; houve também uma redefinição cultural da Revolução, com a imposição de parâmetros artísticos considerados aceitáveis (Miskulin, 2008, p. 62) pelo governo, além do fechamento de jornais e revistas. No mesmo ano, Cuba declarou apoio à invasão soviética da Tchecoslováquia⁶ e reduziu seu envolvimento com os movimentos armados internacionais. Assim, 1968 marcou um redirecionamento interno do processo revolucionário insular, caracterizado pela crescente centralização política, econômica e cultural, e por um alinhamento mais estreito com a União Soviética.

A construção do socialismo em Cuba também envolveu a criação de um partido político que unificasse as principais agremiações existentes na Ilha — o Movimento 26 de Julho (M-26-7), o Partido Socialista Popular (PSP) e o Diretório Estudantil Revolucionário (DER)⁷. O primeiro passo nessa direção foi a criação das Organizações Revolucionárias Integradas (ORI's), em 1961, formadas por grupos de militantes que, uma vez consolidados, dariam origem ao Partido Unido da Revolução Socialista (PURS). O PURS foi criado em 1962 e organizado por Aníbal Escalante, dirigente do alto escalão do PSP. Ainda nesse ano, porém, Escalante foi acusado por Fidel Castro de aparelhar a estrutura partidária na nova organização com membros do PSP e acabou afastado da direção.⁸ Em 1965, foi fundado o Partido Comunista de Cuba (PCC), que se tornou a única organização política institucionalizada na Ilha, condição que mantém até os dias atuais.

As transformações no campo da educação e a ação dos socialistas populares

A educação foi um tema de grande relevância para os revolucionários que assumiram o comando de Cuba a partir de 1959. Esse campo era considerado essencial para a formação de uma nova mentalidade e de um novo comportamento condizentes com os desafios da conjuntura pós-revolucionária. Em outras palavras, a educação era vista como o principal instrumento para a construção do “homem novo”. Além disso, como salientou Armando Hart Dávalos (2008, p. 108), Ministro da Educação após 1959, a educação estava diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico de Cuba, uma vez que a Revolução enfrentava diversos desafios, especialmente no que se referia à industrialização e à reforma agrária, e necessitava formar mão de obra qualificada para impulsionar o progresso da economia insular.

Nos anos 1960, as políticas educacionais em Cuba concentraram-se em questões como o analfabetismo, a reorganização do corpo docente das instituições de ensino e a reforma curricular. Em 1961, declarado o “ano da educação”, foi realizada a Campanha Nacional de Alfabetização, na qual jovens alfabetizadores percorreram o país para ensinar leitura e escrita aos cubanos analfabetos. A campanha surgiu em resposta à necessidade de alfabetizar cerca de 23% da população cubana acima de 15 anos, alcançando 40% nas zonas rurais (Chávez Rodríguez, 2011, p. 45). Ao final de 1961, a Unesco reconheceu Cuba como o primeiro território da América Latina livre do analfabetismo e a campanha se consolidou como uma das principais conquistas simbólicas da Revolução.

Outro aspecto sensível das políticas educacionais foi o afastamento, a aposentadoria e a expulsão de funcionários que haviam colaborado com a ditadura de Fulgencio Batista. Em fevereiro de 1959, o governo dissolveu o corpo docente de quatro universidades (Holguín, José Martí, Camagüey e Pinar

del Río) sob a acusação de colaboração com a tirania, além de suspender por dois anos os diplomas emitidos por essas instituições a partir de 1956, para averiguar sua validade (Partido Socialista Popular, 1959). No ano seguinte, 1960, cerca de 80% dos professores da Universidade de Havana deixaram ou foram afastados de seus cargos (Hilb, 2010, p. 29). Esses dados evidenciam a determinação do regime em afastar docentes que, inicialmente, haviam se relacionado com a ditadura e, posteriormente, que não se alinhavam às políticas revolucionárias.

Ao longo da década de 1950 e nos primeiros anos da Revolução, os membros do Partido Socialista Popular (PSP) denunciaram a presença de figuras “conservadoras” e “direitistas” nas universidades e reivindicaram uma “limpeza” dessas instituições. Em outubro de 1959, durante um evento na Universidade de Oriente, Juan Marinello, professor e presidente do PSP, destacou a necessidade de: “Limpar a Universidade de resíduos regressivos e da penetração imperialista, adequá-la aos novos tempos e fazê-la um instrumento esclarecido e consciente da obra da Revolução” (Marinello, 1959, p. 43). Além disso, Marinello defendeu uma reforma educacional que garantisse a autonomia universitária, mas que, simultaneamente, eliminasse das instituições aqueles que não eram simpatizantes da Revolução.

Como já mencionado, o governo revolucionário também promoveu a reformulação dos currículos das instituições de ensino sob sua jurisdição, ou seja, todas as escolas e universidades de Cuba, uma vez que, entre 1959 e 1960, ocorreram a nacionalização das instituições privadas de ensino e a laicização do sistema educacional. Essa iniciativa contou com o apoio dos socialistas populares, que defendiam a implementação de uma reforma capaz de transformar o ensino de acordo com a ideologia da Revolução.

Para isso, segundo o Partido Socialista Popular (PSP), era necessária uma renovação dos planos de estudo, dos programas e dos livros didáticos das escolas primárias do Estado. Para o Partido, as artes e a educação constituíam instrumentos fundamentais para a transformação da consciência, devendo, segundo a militante socialista Edith García Buchaca, ambas as áreas “dotar o campo da Revolução de uma concepção homogênea do mundo e da sociedade. Dotá-la de um corpo de ideias que unifique seu pensamento e, com isso, garantir a unidade absoluta entre o pensamento e a ação” (García Buchaca, 1960, p. 344).

No contexto da Reforma Universitária de 1962, alguns setores da Universidade de Havana reivindicaram autonomia para realizar a reforma sem a intervenção do Ministério da Educação. O PSP, entretanto, defendeu o direito do governo de definir, em conjunto com o conselho universitário, o programa a ser implementado. A reforma introduziu as disciplinas de materialismo dialético e economia política em todos os cursos de graduação. Para os comunistas, o marxismo forneceria a formação teórica necessária à construção de um pensamento alinhado aos ideais e às tarefas da Revolução. O estudo dessas matérias era considerado essencial para a formação integral dos estudantes, como ressaltou Blas Roca, secretário-geral do PSP:

É claro que o estudo do marxismo-leninismo resulta mais importante que o estudo de qualquer outra ciência em particular porque se bem essas são indispensáveis, absolutamente necessárias, para a saúde, medicina, para a construção, a arquitetura e engenharia, para as distintas especialidades, o marxismo-leninismo define nossas concepções sobre o universo e sobre a história, sobre o homem e a sociedade e nos dá a guia indispensável para o que fazemos em cada especialidade, no trabalho e na produção, na instrução, na cultura e na arte, alcance o objetivo supremo de fazer uma sociedade mais justa e mais humana, uma coletividade em que todos seus membros e cada um tenha a maior soma de bem-estar e felicidade. O marxismo-leninismo decide qual caráter terá o trabalho do médico e do arquiteto: se servirá para atender enfermidade degenerativas dos privilegiados ou para salvar a saúde do povo e conseguir uma humanidade mais sã em ascendente desenvolvimento biológico [...]. (Roca, 1963, p. 2).

Ainda sobre o tema, o dirigente socialista popular Carlos Rafael Rodríguez afirmou: “A transformação ideológica dos estudantes, que vêm às vezes marcados por concepções teológicas, burguesas ou ecléticas, é um processo longo e com três semestres de materialismo dialético e histórico não se poderá cobrir essa necessidade” (Rodríguez, 1987, p. 507). Para Rodríguez, tornar-se marxista era um processo cotidiano que deveria acompanhar as transformações sociais e econômicas da sociedade, incluindo a reformulação das aulas e dos livros adotados. Segundo o PSP, a seleção de disciplinas específicas funcionava como um meio de facilitar a compreensão “científica” da análise material da história e de outras áreas do conhecimento.

As disciplinas de materialismo dialético e economia política integravam a formação dos quadros comunistas vinculados à Terceira Internacional, sendo normalmente ministradas em cursos oferecidos pela URSS e pelos partidos afiliados ao Comintern. Ao observar que essas matérias foram incorporadas em todos os cursos de graduação em Cuba, conclui-se que a concepção do PSP do marxismo como elemento essencial para a formação integral do ser humano foi efetivamente incluída nos programas educacionais da Revolução. Defendemos que esse aspecto da reforma do ensino só pôde ser implementado a partir de 1961, quando, com a declaração do caráter socialista da Revolução, os comunistas assumiram posições de liderança em algumas instituições educacionais e no governo.

Para exemplificar, Juan Marinello assumiu o cargo de reitor da Universidade de Havana em janeiro de 1962, e, nesse mesmo mês, o governo iniciou a reforma universitária. A nomeação do antigo socialista para o posto não foi um mero acaso, acreditamos que o governo contava com ele para implementar as mudanças previstas. Em 1963, Gaspar Jorge García Gallo, antigo líder comunista, passou a dirigir o Departamento de Filosofia da Universidade de Havana, onde ofereceu cursos sobre marxismo. A partir de 1967, García Gallo atuou como assessor de filosofia no centro de desenvolvimento educativo do Ministério da Educação. Já César Escalante, também membro do PSP, integrou a Comissão de Orientação Revolucionária do PURS entre 1962 e 1965. Lionel Soto foi diretor das *Escuelas de Instrucción Revolucionaria*, objeto de estudo que será discutido mais a frente. Observa-se, assim, que os comunistas ocuparam diversos cargos estratégicos relacionados à gestão ideológica e educacional da Revolução.

Ainda sobre a questão educacional, a dirigente socialista popular Edith García Buchaca defendeu a revisão dos livros e dos materiais didáticos, argumentando que a educação nacional, refletida nos materiais utilizados até então, era alheia aos interesses de Cuba (García Buchaca, 1959, p. 84). Essa reivindicação, aliás, já era antiga no PSP. Nos anos 1940, Juan Marinello, então senador da República e presidente do Partido, propôs uma lei para revisar os livros que continham “expressões antipatrióticas, reacionárias, nazistas e falangistas” (Ferrer, 1961, p. 51).

Além das reformas institucionais, os comunistas defenderam a revisão da historiografia nacional. Partiam de uma visão progressiva da história e da revolução na América Latina, sustentando que: “A história exige o avanço da Revolução latino-americana; a história exige mudanças transcendentais e decisivas de caráter progressista e avançado na estrutura e na situação dos países da América Latina, isso é, mudanças revolucionárias. Opor-se a isto é ir contra a história” (Roca, 1962, p. 30).

Por esse motivo, os comunistas propuseram uma revisão da história nacional com o objetivo de produzir interpretações alinhadas ao processo revolucionário. Essa abordagem incluía a reinterpretação de datas históricas significativas, de modo a integrá-las em uma sequência causal de eventos que, inevitavelmente, culminariam na Revolução de 1959, como exemplificado na declaração do comunista Aníbal Escalante sobre a comemoração da efeméride de 10 de outubro de 1961:

O 10 de outubro de 1868 é uma das grandes datas da história pátria que tem categoria de 24 de fevereiro de 1895, 26 de julho de 53 e 1º de Janeiro de 1959. Com o início da primeira grande guerra de independência, começa, realmente, o período de quase 100 anos em que a convulsionada história de nosso povo que se transforma de um país dominado pela colonização espanhola, pela escravidão e pelo atraso em um país livre completamente independente, com a economia em processo de socialização, que marcha pelo caminho do progresso. Por isso, há uma relação de antecedência entre o grito de Yara – grito da independência – e o grito que representa a Declaração de Havana. (Escalante, 1961, p. 1).⁹

A seleção das “datas pátrias” tinha a finalidade política de legitimar o novo regime e inserir o processo revolucionário em uma continuidade temporal. Essa construção da história baseava-se na escolha de acontecimentos considerados representativos da rebeldia cubana, reforçando uma metodologia progressiva e sequencial de interpretação da realidade. Além de reforçar uma noção de um calendário político que desembocava na Revolução, José Antonio Portuondo, outro militante do PSP, destacou na revista *Cuba Socialista* a necessidade de revisar a historiografia insular, afirmando: “É necessário revisar todos os materiais à luz do marxismo-leninismo, depurando-os de seus erros positivistas”. Portuondo também indicou quais abordagens deveriam orientar o trabalho do historiador marxista, atividade que envolvia depuração, revisão e a inserção de uma interpretação dialética da história nacional. O método proposto por ele para realizar essa tarefa foi:

1. esclarecer os fundamentos econômicos (modos de produção: unidade das forças produtivas e as relações de produção coexistentes em cada momento histórico) que determinam os fatos sociais políticos culturais que integram a história de Cuba; 2. Revisar e depurar as fontes documentais e as histórias escritas desde o ponto de vista da burguesia insular. [...] só a história científica, marxista pode mostrá-los a plena luz em relação com as circunstâncias históricas que os tocou viver; 3. Organizar e divulgar os materiais indispensáveis para história das classes exploradas como fundamento para a história do proletariado cubano, dos negros e do processo de integração nacional; e 4. Mostrar, a luz do marxismo-leninismo, a ação recíproca entre as bases econômicas de nossa história e o processo da superestrutura cultural da nação. (Portuondo, 1963, p. 31-36 passim).

A proposta de interpretação histórica apresentada pelo Partido visava enfatizar o esforço do povo cubano na luta pela independência, ao mesmo tempo em que diminuía o protagonismo dos Estados Unidos na historiografia nacional. Essa revisão reforçava a ideia da frustração republicana, ou seja, de que o governo estadunidense teria frustrado os objetivos libertadores e democráticos das Guerras de Independência de 1868 e 1895 (García Buchaca, 1959, p. 81). Sobre esse tema, García Buchaca também ressaltou a necessidade de reinterpretar a história insular, que, segundo ela, estava marcada por contribuições interpretativas do imperialismo:

1. É necessário voltar nosso olhar para o século XIX em que surgiu a nacionalidade cubana e procedamos a um estudo e divulgação de nossos clássicos, de Varela a Enrique José Varona. No estudo de suas obras, encontraremos valiosos ensinamentos na ordem política, filosofia, sociológico e estético de grande atualidade para o presente que estamos vivendo e poderemos nos sentir orgulhosos de contar na breve história de nossa cultura, com talentos de tanta qualidade e visão. [...]. O estudo deste período contribuirá para que desapareça muitos preconceitos de subestimação ou negação de nosso passado cultural semeados lentamente na mentalidade do cubano pelo imperialismo. 2. Propiciar o estudo e investigação de nossas raízes culturais reconhecendo ao aporte negro o significado que corresponde na cultura cubana. 3. Despojar

as expressões folclóricas do campo e da cidade, as manifestações populares de nossa cultura, das mistificações dos elementos alheios a sua própria essência, criando as condições necessárias para que possam se manifestar em toda sua pureza. (García Buchaca, 1960, p. 345-346).

A formação de uma nova consciência e de uma nova historiografia esbarrava na dificuldade apontada por Blas Roca, xque destacou a ausência de quadros “preparados política e ideologicamente, claros nos princípios, para os distintos cargos e funções importantes” (Roca, 1960, p. 211). Para avançar no campo superestrutural, relacionado à consciência revolucionária, o governo implementou uma série de programas que iam além das reformas do ensino formal. Com o objetivo de introjetar uma nova cultura política e uma nova ideologia, a título de exemplo, o Ministério das Forças Armadas desenvolveu, logo após a vitória da Revolução, um programa de educação pública destinado aos setores militares.

Já em abril de 1961 foi fundada a *Unión de Pioneros Rebeldes* (UPR), com o objetivo de “orientar o caráter, os hábitos, costumes e comportamento das crianças, suas relações familiares, escolares e públicas [...]” (De Jesus de la Torre Blanco, 1994, p. 251). Paralelamente, os cursos promovidos pelos Comitês de Defesa da Revolução (CDR)¹⁰ foram ampliados. Esses cursos incluíam seminários e encontros de uma semana, nos quais se discutiam aspectos da teoria revolucionária (Fagen, 1969, p. 87). Além dessas iniciativas, em junho de 1960, o governo criou a escola *Ciro Redondo*, destinada a trabalhadores, oferecendo cursos de seis meses que combinavam conhecimentos técnicos e formação cultural, incluindo o estudo da Revolução Cubana e suas especificidades. Os alunos participavam de atividades físicas e realizavam visitas a fábricas e plantações (Vilches, 1960, p. 1). A escola *Ciro Redondo* serviu como modelo experimental para as *Escuelas de Instrucción Revolucionaria* (EIR).

As Escuelas de Instrucción Revolucionaria (EIR) e a institucionalização do modelo do PSP

De acordo com Richard R. Fagen, em 2 de dezembro de 1960, Fidel Castro reuniu-se com Blas Roca, Emilio Aragonés, Lionel Soto — todos pertencentes ao PSP — e outros militantes, com o propósito de organizar os cursos das *Escuelas de Instrucción* (Fagen, 1969, p. 104). As EIR começaram a funcionar antes da adoção formal do socialismo e representaram a primeira tentativa de unificar as três principais organizações revolucionárias: o MR-26-7, o PSP e o Diretório Estudantil. O objetivo central dessa instituição era ensinar o marxismo, promover a difusão de novos valores e formar o “homem novo”, com base em um ensino pautado nas ideias de Karl Marx e de outros intelectuais, políticos e filósofos. Essa iniciativa buscou inculcar ideologias, hábitos, comportamentos e valores, muitos dos quais integraram a cultura política comunista do PSP (Calegari, 2024). Inclusive, como mencionamos, a direção das EIR foi entregue a Lionel Soto, destacado líder socialista popular que coordenou a instituição entre 1960 e 1967.

Os primeiros instrutores das EIR provinham majoritariamente do PSP, “os únicos aptos no ‘treinamento’ do marxismo” (Fagen, 1969, p. 107). De acordo com Julio César Guanche (2008, p. 61), foram professores das *Escuelas*, Blas Roca, Gaspar Jorge García Gallo, Raúl Valdés Vivó, Carlos Rafael Rodríguez, Pedro Serviat e César Escalante, todas lideranças do Partido. As EIR seguiram um modelo semelhante ao das antigas escolas dos socialistas populares. Em certa ocasião, o próprio Soto afirmou que as *Escuelas* tinham como antecedentes as escolas do PCC/PSP (Soto, 1961, p. 29).

As *Escuelas* estavam subordinadas às *Organizaciones Revolucionarias Integradas* (ORI), em vez de vinculadas ao Ministério da Educação. Acreditamos que Lionel Soto defendeu essa filiação às ORI porque os comunistas, que eram maioria dentro da organização, não possuíam presença significativa no Ministério. Dessa forma, observa-se que o objetivo dos comunistas era garantir o domínio sobre

as *Escuelas*, controlando seu currículo, sua gestão administrativa e seus recursos financeiros, de modo a consolidar sua influência sobre uma importante instituição educacional.

As EIR eram organizadas em escolas nacionais, provinciais e básicas.¹¹ Em dezembro de 1960, foram inauguradas as primeiras 12 escolas provinciais e a Escola Nacional Níco López, em Havana, todas com funcionamento em tempo integral. A Escola Níco López, dirigida por Pedro Serviat, antigo membro da direção do PSP, funcionou como a escola nacional de quadros, ou seja, a mais importante do país, pois nela foram formados aqueles que se tornariam os professores das novas instituições. Embora existisse uma escola voltada à formação docente, há registros de que o nível educacional de estudantes e professores, assim como a escassez de materiais didáticos, constituíram problemas recorrentes durante o funcionamento das EIR.

O ingresso nos cursos oferecidos pelas EIR não ocorria por meio de exames e as escolas nunca foram abertas ao público em geral. Além disso, o número de mulheres matriculadas era significativamente inferior ao de homens. O principal critério de seleção consistia na indicação dos estudantes pelos dirigentes das ORI ou pelas células revolucionárias locais, que escolhiam os melhores funcionários de cada centro de trabalho. Segundo Fagen (1969, p. 107), metade dos primeiros estudantes dessas escolas era oriunda do PSP e a outra metade do MR-26-7.

A duração dos cursos variava de acordo com o tipo de escola. Nas escolas nacionais, o curso tinha maior duração, com seis meses em regime de internato, enquanto nas escolas básicas havia as modalidades interna (com 45 dias de curso) e semi-interna (com 60 dias). Nesta última, o aluno trabalhava meio período (quatro horas) e assistia às aulas no próprio centro de trabalho durante o restante da jornada (Partido Unido de la Revolución Socialista, jul. 1962, p. 133). Nesses casos, as EIR estavam localizadas em fábricas, centrais açucareiras, cooperativas e granjas, sendo comum que os alunos dessa modalidade participassem de atividades de trabalho voluntário, especialmente no corte da cana.

Em 1963, algumas escolas passaram a oferecer, além da formação teórica, disciplinas técnicas relacionadas aos setores produtivos. Essa mudança abriu caminho para a expansão das escolas técnicas que surgiram nesse período e ficaram subordinadas às EIR. A ampliação das escolas técnico-industriais já era uma antiga reivindicação do programa do PSP e é provável que os socialistas populares tenham exercido influência direta na vinculação dos cursos técnicos às EIR.

Em quase todos os cursos, o material de estudo incluía discursos de Fidel Castro; os livros “A história me absolverá”, de Castro, e “Os fundamentos do socialismo em Cuba”, de Blas Roca; as revistas *Cuba Socialista* e *La Revista Internacional*. Também era lida a revista *Teoría y Práctica*, editada pelas EIR e publicada entre 1964, ano em que surgiu como boletim, e 1967. Na Escola Nacional Níco López, o programa era composto por obras de referência do marxismo-leninismo, como o “Manual de Economia Política” da Academia de Ciências da União Soviética; os livros “O capital”, de Karl Marx; “Imperialismo, fase superior e última do capitalismo” e “Materialismo e empiriocriticismo”, de Lenin; “Fundamentos da filosofia marxista”, da Academia de Ciências da União Soviética; “Sobre a contradição” e “Acerca da prática”, de Mao Tse Tung; e, por fim, o “Manual de Marxismo leninismo”, de Otto Kuusinen. Nota-se uma pluralidade de referências teóricas e a presença de manuais soviéticos que estiveram presentes nas formações de militantes ligados à Terceira Internacional, como era o caso dos membros do PSP. A adoção desses manuais gerou um debate entre intelectuais que consideravam seu uso um comprometimento à interpretação autônoma da realidade cubana.

Observa-se que nos cursos eram estudadas a história das revoluções Cubana, Russa e Chinesa, além de disciplinas como economia política, o partido marxista-leninista, fundamentos do materialismo histórico e dialético, movimento sindical e organizações de massas (Partido Unido de la Revolución Socialista, dez. 1962, p. 127). Embora as disciplinas e os materiais variassem conforme o nível das escolas, nota-se que o programa das EIR apresentava semelhanças com aquele adotado pela Escola

Lenin Internacional (ELI),¹² especialmente no conteúdo das matérias ministradas (Wolikow, 2004, p. 526). Na ELI, os militantes estudavam economia política, história do movimento proletário, marxismo-leninismo e a construção do partido, o que evidencia a proximidade entre os dois programas. Cabe lembrar que os dirigentes socialistas César Escalante, Fabio Grobart e Ramón Nicolau González haviam estudado na ELI na década de 1930 e estruturaram as escolas do PSP inspirados em seu modelo. Assim, é possível considerar que o formato das EIR e sua semelhança com a ELI foi influenciado pela presença desses comunistas no governo.

A formação ideológica e a estruturação das EIR evidenciam o conteúdo e a influência soviética presentes em seu programa, no qual, sem dúvida, os socialistas populares desempenharam papel relevante. Consideramos, portanto, que as EIR funcionaram como um instrumento de formação política e de difusão do comunismo de matriz soviética. Entretanto, outras vertentes do socialismo também estiveram presentes, como se observa na inclusão de textos de Mao Tsé-Tung e na leitura de obras do próprio Fidel Castro.

Segundo Fagen (1969, p. 113), a seleção desses textos tinha como objetivo, além da formação dos militantes, combater o anticomunismo. Como já mencionado, o anticomunismo constituía um elemento mobilizador de diversos grupos políticos e a adoção do socialismo em Cuba exigia um esforço de conscientização da população acerca da opção revolucionária do governo. Assim, é possível inferir que as *Escuelas* desempenharam a função de legitimação e propagação ideológica de uma perspectiva que, embora enfatizasse o modelo soviético, incorporava influências de outras correntes socialistas e tinha como objetivo o combate ao anticomunismo. Apesar da pluralidade dos materiais usados, a delimitação do conteúdo a ser ministrado sempre foi um ponto de tensão entre gestores e intelectuais. Essa questão foi parcialmente solucionada quando a ideologia oficial da Revolução foi definida, em abril de 1961, mas ganhou novo fôlego com a polêmica dos manuais, que será comentada a seguir.

Em 1965, foi criada a Comissão Nacional de Investigações e Estudos Sociais das EIR, composta por grupos de trabalho responsáveis por desenvolver pesquisas nas áreas de história, sociologia e economia (Fagen, 1969, p. 129). O objetivo dessa comissão era estudar a realidade nacional, uma vez que alguns setores revolucionários se mostravam incomodados com a predominância de textos estrangeiros nas *Escuelas*. Os debates sobre o tema culminaram na crítica ao manualismo ocorrida entre 1966 e 1967. A polêmica, veiculada nas páginas da revista *Teoría y Práctica*, girava em torno da adoção, pelas EIR, dos manuais de marxismo-leninismo de autores como Otto Kuusinen, Afanásiev, Konstantinov e Yajot.¹³ Em resumo, a controvérsia refletia uma discussão sobre qual versão do marxismo deveria ser seguida, evidenciando novamente críticas de determinados setores à influência da União Soviética em Cuba.

De um lado, em defesa dos manuais, estavam Humberto Pérez e Félix de la Uz, ambos graduados em 1963 na Escola Superior do PCUS e membros da direção da revista *Teoría y Práctica*; do outro, Aurelio Alonso, intelectual vinculado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Havana. De forma implícita, o conflito também opôs as EIR ao Departamento de Filosofia da universidade. De la Uz e Pérez, embora reconhecessem os erros presentes nos manuais, defenderam seu uso “dada a baixa escolaridade dos alunos” das *Escuelas* (Guanche, 2008, p. 64), argumentando que os manuais facilitavam a aprendizagem. Por sua vez, Aurelio Alonso criticava a validade dos manuais como instrumento de ensino, considerando esse material fruto de “uma política estreita de arregimentação cultural [...] que afetou notavelmente o saber científico” (Alonso *apud* Guanche, 2008, p. 65).

Lionel Soto, diretor das EIR, defendeu o uso dos manuais soviéticos, argumentando que os cubanos não tinham condições de estudar sem esse material, pois, para compreender as “fontes do marxismo”, era necessário possuir “condições culturais e políticas” que não existiam em Cuba naquele momento, tornando os manuais imprescindíveis. Além disso, segundo Soto, era impossível “dar uma concepção global do marxismo sem o uso de textos resumidos que recorram às questões fundamentais

da ideologia marxista-leninista”. Ele acrescentou que, naquele período, ainda não havia a pretensão de elaborar manuais em Cuba, sendo necessário, primeiro, criar condições para que trabalhos interpretativos e teóricos sobre a história insular fossem formulados na Ilha (Soto, 1965, p. 75).

Soto alegou que os manuais eram acompanhados pelo debate sobre a realidade nacional, eram transitórios e seriam substituídos por livros e textos à medida que fossem produzidos dentro de Cuba (Soto, 1967, p. 49-50). Observa-se, entretanto, que a concepção de Soto é simplória, subestimando a capacidade das massas de compreender a teoria sem o auxílio dos referidos manuais.

No contexto em que se desenvolveu esse debate, estava em pauta a adoção de uma prática do PSP em instituições oficiais da Revolução Cubana. Ao defender os manuais, Soto estava, de certa forma, sustentando uma atividade de seu antigo partido que ainda considerava válida. Historicamente, os comunistas utilizaram os manuais como instrumento de assimilação do marxismo, acreditando que esse era o material mais adequado para iniciar os estudos da ideologia. Assim, a crítica aos manuais constituiu também uma crítica a uma prática do PSP que havia sido estendida a toda a Revolução. Parece evidente que o debate sobre os manuais refletia as escolhas táticas e as práticas políticas do PSP, as quais sofreram críticas e resistência ao serem aplicadas em Cuba. O que estava em discussão, mais uma vez, eram o modelo, o comportamento e as teorias mais ortodoxos defendidas pelos antigos socialistas populares.

Esse é mais um exemplo que evidencia a resistência de setores da sociedade cubana em aceitar as práticas do PSP. O embate refletiu também diferentes concepções sobre a Revolução Cubana, sobre o projeto do M-26-7 e de outros grupos da esquerda insular, que entraram em choque com o modelo soviético defendido pelo PSP. Como já apontamos, as discrepâncias teóricas e estratégicas, que haviam se manifestado anteriormente, reapareceram agora no debate sobre a educação insular. O conflito, contudo, não se prolongou devido à ofensiva revolucionária iniciada em 1968.

A ofensiva, como já mencionamos, encerrou alguns espaços para o debate público dentro da Revolução. Em 1967, a revista *Cuba Socialista* foi suspensa com a justificativa de que “[...] deve ser interrompida até que o Primeiro Congresso do mesmo [PCC] adote decisões sobre alguns daqueles problemas teóricos, estratégicos e táticos do movimento revolucionário no mundo e sobre problemas vários da construção do socialismo e do comunismo” (Partido Comunista Cubano, 1967, p. 3). Em dezembro do mesmo ano, a revista *Teoría y Práctica* também deixou de ser publicada. Já em 1971, a revista *Pensamiento Crítico*, vinculada ao Departamento de Filosofia da Universidade de Havana, foi suspensa.

Em fevereiro de 1968, as EIR foram encerradas, tendo passado por elas aproximadamente 150 mil estudantes. As razões para o fim dessa instituição podem ser identificadas nas críticas ao seu funcionamento a partir de meados da década de 1960: a polêmica em torno dos manuais soviéticos, as críticas ao conteúdo considerado “impróprio” para a realidade insular e os problemas relacionados à formação dos instrutores (Fagen, 1969, p. 136). Ademais, considerando que as *Escuelas* eram uma instituição voltada à inculcação de alguns princípios soviéticos e que Cuba e a URSS viviam um período de intensos embates em torno de 1966 e 1967, é possível concluir que o fechamento das EIR também esteve relacionado ao contexto de confronto entre as linhas políticas divergentes defendidas por ambos os países.

Considerações finais

Os membros do Partido Socialista Popular (PSP), especialmente a direção da organização, participaram ativamente do processo de institucionalização da Revolução, sobretudo a partir de 1961. Ocupando cargos de destaque no governo, eles conduziram projetos nos quais buscaram implementar

o programa do PSP e as perspectivas ideológicas herdadas da antiga militância. A presença desses quadros no governo e a execução de iniciativas alinhadas às propostas do Partido não ocorreram sem conflitos internos. As disputas entre os diferentes grupos políticos no interior da Revolução resultaram em cisões, afastamentos, exílios e prisões. O caso do comunista Aníbal Escalante, mencionado anteriormente, é emblemático dos embates que marcaram a primeira década do processo revolucionário.

O campo educacional constituiu um dos principais cenários de embate entre os diversos projetos políticos em disputa naquele contexto. Nele, os socialistas populares se destacaram por ocupar cargos em órgãos governamentais de grande relevância e por formular políticas educacionais alinhadas aos valores ideológicos que defendiam. Esse aspecto torna-se particularmente evidente no projeto das *Escuelas de Instrucción Revolucionaria*, no qual os comunistas puderam implementar suas concepções sobre a formação ideológica dos cubanos. Como já indicamos, os pressupostos teóricos que os orientavam eram aqueles difundidos pela literatura do regime soviético. Nesse sentido, a construção do socialismo em Cuba foi marcada pela influência intelectual e ideológica da URSS, uma vez que os textos soviéticos foram amplamente utilizados no país e os dirigentes das *Escuelas* haviam sido formados dentro da tradição cominternista.

As *Escuelas de Instrucción Revolucionaria* (EIR) representaram a iniciativa mais concreta voltada à formação ideológica do homem novo em Cuba, uma vez que foram criadas especificamente para desenvolver uma nova consciência política, fundamentada no marxismo-leninismo, que permitisse aos cubanos compreenderem e enfrentar os desafios impostos à Revolução na construção do socialismo. Confiar sua direção aos comunistas significou reconhecer a experiência que os membros do PSP podiam oferecer naquela conjuntura. É evidente, contudo, que esse projeto educacional não se desenvolveu sem dificuldades, tendo a polêmica dos manuais representado o ponto culminante dos conflitos internos nas EIR.

O fechamento das *Escuelas de Instrucción Revolucionaria* ocorreu em um momento de profundas transformações no contexto da chamada ofensiva revolucionária. O alinhamento mais estreito com a URSS, o encerramento de instituições e meios de comunicação, bem como a crescente concentração de poderes nas mãos da direção da Revolução resultaram em uma forte centralização das diretrizes políticas, econômicas, culturais e educacionais. Observa-se que, embora tenha havido um redirecionamento do processo revolucionário, grande parte dos antigos membros do PSP permaneceu em cargos de liderança, perpetuando-se por décadas em posições-chave dentro da estrutura da Revolução.

Pelo estudo apresentado, observamos as especificidades da cultura política dos comunistas e os mecanismos empregados por eles para difundir-la no interior da Revolução. Desse modo, destacamos a relevância dos membros do PSP no processo de construção do socialismo em Cuba, especialmente no campo educacional, no qual importantes cargos e projetos foram conduzidos pelos socialistas populares. A trajetória desses sujeitos revela-se, portanto, fundamental para a compreensão das complexidades históricas da Revolução durante a década de 1960, ainda que parte da historiografia tenha negligenciado sua atuação naquele contexto.

Referências

- CALEGARI, Ana Paula Cecon. Trajetória partidária e cultura política dos comunistas em Cuba. Vitória: Edifes, 2024.
- CHÁVEZ RODRÍGUEZ, Justo Alberto. A educação em Cuba entre 1959 e 2010. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 000–000, 2011.
- DE JESUS DE LA TORRE BLANCO, Edmundo. La conformación del sistema de la dictadura del proletariado en los primeros años de la etapa de construcción socialista. In: MINISTERIO DE EDUCACIÓN. *Historia de la Revolución Cubana*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1994.
- DE LA UZ, Felix. Algunos problemas de la unidad de acción en el movimiento revolucionario. *Teoría y Práctica*, n. 38, jul. 1967.
- ESCALANTE, Aníbal. Del grito de Yara a la Declaración de La Habana. *Cuba Socialista*, año 1, n. 2, oct. 1961.
- FAGEN, Richard R. *The transformation of political culture in Cuba*. Stanford: Stanford University Press, 1969.
- FERRER, Raul. La ley de nacionalización de la enseñanza. *Cuba Socialista*, año 1, n. 1, sept. 1961.
- GARCÍA BUCHACA, Edith. Intervención de la compañera Edith García Buchaca. In: PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. *VIII Asamblea Nacional del Partido Socialista Popular: informes, resoluciones, programa y estatutos*. La Habana: Ediciones Populares, 1960.
- GARCÍA BUCHACA, Edith. Los intelectuales y la revolución. *Fundamentos*, año XIX, n. 154, jun. 1959.
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova perspectiva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GUANCHE, Julio César. *El continente de lo posible: un examen sobre la condición revolucionaria*. La Habana: Ruth Casa Editorial, 2008.
- HART DÁVALOS, Armando. Cultura y educación cubanas: desde la forja de la nación hasta nuestros días. In: OLTUSKI OZACKI, Enrique; RODRÍGUEZ LLOMPART, Héctor; TORRES-CUEVAS, Eduardo (org.). *Memorias de la Revolución II*. La Habana: Imagen Contemporánea, 2008.
- HILB, Claudia. *Silêncio, Cuba: a esquerda democrática diante do regime da Revolução Cubana*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- MACHADO RODRÍGUEZ, Darío L. *Cultura política en Cuba: una aproximación sociológica*. La Habana: Casa Editorial Abril, 2009.
- MARINELLO, Juan. Revolución y universidad. *Revista Fundamentos*, diciembre de 1959, año XX, n. 159.
- MISKULIN, Silvia Cezar. O ano de 1968 em Cuba: mudanças na política internacional e na política cultural. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 15, n. 20, p. 47–66, 2008.
- PARTIDO COMUNISTA CUBANO. Recesa la publicación de “Cuba Socialista”. *Cuba Socialista*, año VII, n. 66, feb. 1967.
- PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. Disueltas las universidades de Holguín, Camagüey, Pinar del Río y la masónica José Martí. *Noticias de Hoy*, año XXI, n. 42, 22 feb. 1959.
- PARTIDO UNIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA. La escuela básica de instrucción revolucionaria “Miguel A. Oramas”. *Cuba Socialista*, año II, n. 11, jul. 1962.
- PARTIDO UNIDO DE LA REVOLUCIÓN SOCIALISTA. Vida de la organización revolucionaria. *Cuba Socialista*, año II, n. 16, dic. 1962.
- PORTUONDO, José Antonio. Hacia una nueva historia de Cuba. *Cuba Socialista*, año III, n. 2, ago. 1963.
- ROCA, Blas. Aclaraciones: para la revolución es decisivo estudiar y enseñar marxismo. *Noticias de Hoy*, año XXV, n. 125, 28 mayo 1963.
- ROCA, Blas. Balance de la labor del Partido desde la última asamblea nacional y el desarrollo de la Revolución. In: PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. *VIII Asamblea Nacional del Partido Socialista Popular: informes, resoluciones, programa y estatutos*. La Habana: Ediciones Populares, 1960.
- ROCA, Blas. Un continente en ebullición. *Cuba Socialista*, año II, n. 9, mayo 1962.

RODRÍGUEZ, Carlos Rafael. *Letra con filo*. Tomo 3. La Habana: Ediciones Unión, 1987.

RUIZ CARDOSO, Mario Mariano. *A concepção socialista de universidade na etapa inicial da Revolução Cubana*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SOTO, Lionel. Las escuelas de instrucción revolucionaria en el ciclo político-técnico. *Cuba Socialista*, año V, n. 41, ene. 1965.

SOTO, Lionel. Las escuelas de instrucción revolucionaria y la formación de cuadros. *Cuba Socialista*, año I, n. 3, nov. 1961.

SOTO, Lionel. Lo importante es que desarrollemos nuestro camino. *Cuba Socialista*, año VII, n. 65, ene. 1967.

ÁLVAREZ-TABÍO LONGA, Pedro. Las primeras leyes revolucionarias y la reacción yanqui. In: OLTUSKI OZACKI, Enrique; RODRÍGUEZ LLOMPART, Héctor; TORRES-CUEVAS, Eduardo (org.). *Memorias de la Revolución II*. La Habana: Imagen Contemporánea, 2008.

VILCHES, Otto. Una escuela ejemplar. *Noticias de Hoy*, año XXII, n. 125, 1 jun. 1960.

WOLIKOW, Serge. Internationalistes et internationalismes communistes. In: DREYFUS, Michel et al. *Le Siècle des communismes*. Paris: Éditions de l'Atelier; Éditions ouvrières, 2004.

Notas

¹ A Terceira Internacional, ou Comintern, foi um órgão vinculado ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS), criado com o objetivo de estimular a fundação de partidos comunistas em diversos países, estabelecer vínculos estatutários entre essas organizações e o movimento soviético e impulsionar a realização de revoluções socialistas sob a orientação do PCUS.

² Neste artigo, empregaremos como sinônimos os termos “socialista popular”, “comunista” e “Partido” (com inicial maiúscula), entendendo que todos se referem ao Partido Socialista Popular (PSP).

³ O Movimento 26 de Julho (M-26-7) foi uma organização revolucionária cubana fundada por Fidel Castro e outros militantes em 1953, após o fracassado ataque ao quartel Moncada, em Santiago de Cuba, que ocorreu em 26 de julho daquele ano, data que dá nome ao movimento. Originalmente, o grupo tinha como objetivo derrubar o regime de Fulgencio Batista, combater a corrupção e implantar reformas sociais e econômicas no país. Após o fracasso do ataque ao quartel, os líderes foram presos, mas, libertos em 1955, reorganizaram o movimento, realizando ações de guerrilha a partir da *Sierra Maestra* a partir de 1956. O M-26-7 tornou-se o núcleo principal da luta revolucionária que culminou com a derrocada de Batista em 1959, estabelecendo a base para a Revolução Cubana e o início do regime socialista liderado por Fidel Castro.

⁴ O contato de Cuba com o bloco socialista foi mediado, em grande medida, pela atuação dos membros do Partido Socialista Popular (PSP). Em outro trabalho (Calegari, 2024), realizamos um levantamento das viagens e da participação dos comunistas em reuniões oficiais entre Cuba e a URSS e constatamos que os socialistas populares estiveram presentes em quase todas as negociações, quando não viajavam sem a presença de integrantes do M-26-7 ao bloco soviético para representar a Revolução.

⁵ O bloqueio econômico dos Estados Unidos a Cuba, iniciado em 1962, foi marcado por uma série de sanções comerciais, financeiras e diplomáticas destinadas a isolar economicamente a Ilha e pressionar seu governo socialista. O ápice da tensão entre os dois países, em 1962, deu-se com a crise dos mísseis, quando a URSS instalou mísseis nucleares em Cuba, provocando um impasse com os EUA que quase resultou em guerra nuclear. O confronto terminou com a retirada dos mísseis soviéticos em troca da promessa americana de não invadir Cuba. Esses eventos intensificaram a tensão da Guerra Fria e consolidaram o isolamento econômico e político da ilha.

⁶ A Primavera de Praga (1968) foi um movimento de reformas na Tchecoslováquia, liderado por Alexander Dubček, que buscava transformar a economia e ampliar liberdades políticas dentro do regime socialista. Em resposta, a União Soviética e países do Pacto de Varsóvia invadiram o país para reprimir as reformas e restaurar o controle do partido comunista.

⁷ O Diretório Estudantil Revolucionário (DER) foi uma organização estudantil cubana nos anos 1950 que atuou na resistência contra o regime de Fulgencio Batista. Composto principalmente por estudantes universitários, o DER organizava protestos, manifestações e ações políticas em defesa da democracia e da justiça social.

⁸ Aníbal Escalante foi oficialmente afastado da direção das ORI em 1962. Embora suas informações biográficas sejam escassas, sabe-se que ele viveu na URSS, possivelmente entre 1964 e 1965, retornando a Cuba nos anos seguintes. Em 1967, em Cuba, ele passou por um processo que ficou conhecido como “microfração”, no qual foi acusado pelo governo revolucionário de tentar criar uma facção interna dentro do Partido Comunista de Cuba e influenciar os rumos do governo. Pelo crime de conspiração, Escalante foi condenado a 15 anos de prisão, enquanto outras 34 pessoas receberam penas menores.

⁹ As datas mencionadas no documento referem-se a marcos importantes da história cubana: o início da Guerra dos Dez Anos (10/10/1868), conflito que buscava a independência de Cuba da Espanha e terminou sem vitória para os cubanos; o início da Guerra de Independência (24/2/1895), que, após três anos de combate e contando com uma intervenção militar dos Estados Unidos, resultou na independência da ilha; o ataque ao Quartel de Moncada (26/7/1953); e a vitória da Revolução Cubana (1/1/1959).

¹⁰ Os Comitês de Defesa da Revolução (CDR) foram organizações de base popular criadas em Cuba em 1960, com o objetivo de mobilizar a população para proteger e vigiar a Revolução em nível local. Cada bairro ou comunidade formava um comitê, o qual tinha funções de vigilância contra atividades contrarrevolucionárias, promoção de campanhas de saúde, educação política e engajamento comunitário.

¹¹ As diferentes modalidades das *Escuelas de Instrucción Revolucionaria* não surgiram simultaneamente. Quando foram criadas, existia apenas a escola nacional. Somente no terceiro encontro das EIR, em abril de 1961, decidiu-se estabelecer as escolas básicas de instrução.

¹² A Escola Lenin Internacional (ELI) foi uma instituição de ensino soviética pela qual passaram numerosos membros de partidos comunistas da América Latina. Vários dirigentes do Partido Socialista Popular (PSP) estudaram nela nas décadas de 1930 e 1940 e, acreditamos, foi justamente por essa formação que o modelo curricular da ELI se refletiu na organização das *Escuelas de Instrucción Revolucionaria* (EIR).

¹³ Não tivemos acesso às edições que abordaram o tema, mas apresentaremos a perspectiva de Lionel Soto sobre o caso, a qual, em nossa análise, indica a continuidade de determinadas posturas do antigo PSP.

Recebido: 08/04/2024
Aprovado: 10/10/2025